

PMDB — responsabilidades de Governo

convenção

JUL 1967

*ave
p. 7*

MARCIO MOREIRA ALVES

O GLOBO

Quem disse que um partido é, no Governo, diferente do que é na oposição não foi Bresser Pereira. Foi Shakespeare, no século XVI, quando fez Henrique VI dizer ao cavaleiro Falstaff que "os amigos do Príncipe de Gales não são os amigos do Rei da Inglaterra".

Um partido político com vida própria tem a obrigação de modernizar-se permanentemente, revendo o seu programa. O Partido Socialista francês, por exemplo, chegou ao poder com um programa de união com o Partido Comunista. Ganhou as eleições, cumpriu o programa, rompeu com o Partido Comunista, perdeu as eleições seguintes e, agora, preparando-se para enfrentar os candidatos conservadores, criou uma comissão de reelaboração programática, chefiada pelo economista Dominique Strauss-Kahan, que só terminará o seu trabalho no mês de novembro. Logo, nada mais natural do que o PMDB revisar as suas posições, elaboradas há quase 10 anos, quando passa da oposição às responsabilidades de Governo. Essa tarefa é tanto mais necessária quanto somam-se às novas responsabilidades os encargos de delimitar, como partido largamente majoritário, os rumos futuros do País, a serem balizados pela nova Constituição.

Existe no centro da vida política brasileira uma contradição difícil de ser superada: 40% do País vivem os embates de interesses de classes característicos de uma sociedade industrial moderna, os outros 60% são a carga de um passado agrário, escravagista, coronelizado, onde as relações de produção são, em parte, as de um capitalismo mercantilista, inserido no mundo pelo comércio de matérias-primas tropicais, característico da era colonial.

A herança agrária, que manteve o monopólio da propriedade da terra, expulsou grandes massas para a periferia das cidades, sem, no entanto, inserilas no capitalismo industrial dominante. O processo de tomada de decisões ocorre apenas no interior da fração moderna da população e segundo os padrões do mundo desenvolvido. Dele participam as organizações empresariais e os sindicatos, os órgãos profissionais e as associações comunitárias que se convencionou chamar de "sociedade civil". No entanto, na hora do voto, a massa da periferia e dos campos manifesta a sua opinião com o mesmo peso que o setor moderno. Com o mesmo peso não, com o seu próprio peso, que é maior. Disso resultam dois tipos de parlamentares: os eleitos pelo setor moderno, através da defesa de programas ideológicos, conservadores ou progressistas, e os representantes da massa atrasada, que vota de duas maneiras: a maioria obedece ao sistema antigo de aliciamento eleitoral, no qual entram a corrupção e o mandonismo; a minoria, sobretudo urbana, vota pela paixão da revolta, nem sempre racionalizada, e é o público do populismo.

Compatibilizar a existência dessas duas sociedades em torno de um texto constitucional que privilegie o setor moderno e, ao mesmo tempo, exercer as responsabilidades de conduzir a economia no seu dia-a-dia no rumo da justiça social, é a tarefa quase impossível que recai sobre os ombros do PMDB. Logo, só estranham as tensões que o percorrem os analistas da superficialidade.

As forças que se opuseram à ditadura, lideradas pelo PMDB, já conseguiram superar a questão democrática. Vivemos hoje com liberdade semelhante, embora fragilmente im-

plantada, à de qualquer outro país industrial de economia de mercado. A questão nacional, que coloca as formas de competição econômica da burguesia nacional face às burguesias de outros países, está sendo encaminhada no seio da Constituinte. A dívida externa e as reservas de mercado são parte desta problemática. Resta, não solucionável a curto prazo, a questão social.

O Ministro Bresser Pereira representa como poucos o Brasil moderno. É um intelectual voltado para os problemas do industrialismo, da tecnoburocracia, da intervenção do Estado na vida econômica, da organização da sociedade civil e das condições de vida dos assalariados urbanos. Ao assumir o Ministério da Fazenda, encontrou o País na pior conjuntura econômica da sua história, conjuntura que arriscava e arrisca a destruição desta economia que foi capaz de crescer 26 vezes nos últimos 50 anos, enquanto o Japão crescia 14 vezes e os Estados Unidos 4,5 vezes. Tem de enfrentar a hiperinflação, a recessão e, consequentemente, o agravamento do déficit público. Essas tarefas não são de direita ou de esquerda, são de sobrevivência. No futuro, se contar com o apoio do seu partido, no qual ingressou em 1966, deverá procurar reduzir as gigantescas diferenças entre a parte do capital e a parte do trabalho que existem na sociedade brasileira e, ainda, estreitar o leque de 200 para 1 que existe entre os salários, proporção que em um país como a França prevê um salário máximo de 20 vezes o salário mínimo e, no Japão, de apenas 7 vezes.

É compreensível, portanto, que reclame do seu partido uma revisão de programa e é desejável que dele a receba.